UFSM

EXTENSÃO RURAL

ISSN 2318-1796
Acesso aberto

Exten. Rur., Santa Maria, v. 33, e90724, p. 01-24, 2021 • https://doi.org/10.5902/231817990724
Submissão: 14/03/2025 • Aprovação: 10/05/2026 • Publicação: 20/09/2026

Meio Ambiente e Sustentabilidade

O Grupo de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) "Ressignificar a vida": possibilidade para uma agricultura mais sustentável na Região Central do Rio Grande do Sul

The CSA Group (Community-supported agriculture) "ressignificar a vida": possibility for more sustainable agriculture in the Central Region of Rio Grande do Sul

Naglezi de Menezes Lovatto [I], **Pauline Vielmo Miranda** [I]

[I] Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

RESUMO

A busca por uma alimentação de qualidade e saudável tem impulsionado movimentos que questionam as consequências econômicas, sociais e culturais decorrentes das modernizações impostas pela Revolução Verde às cadeias produtivas. Nesse contexto, a Agroecologia se apresenta como um caminho viável, capaz de conciliar práticas econômicas e ambientalmente sustentáveis com a manutenção dos recursos naturais e das condições de sobrevivência ao longo do tempo, articulando dimensões sociais, culturais, políticas e éticas. Esta pesquisa teve como objetivo compreender de que forma práticas agrícolas mais sustentáveis e o escoamento da produção por meio da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos consumidores/coprodutores e para a permanência do homem no campo. A partir de uma abordagem qualitativa, descritiva e de campo, foram realizadas entrevistas com um produtor rural de alimentos orgânicos e com coprodutores/fundadores do grupo de CSA "Ressignificar a Vida". Os resultados evidenciaram que a produção de alimentos oriundos de práticas agrícolas mais sustentáveis, aliada às relações comerciais estabelecidas com os coprodutores, cria condições concretas para que produtores rurais permaneçam vivendo e se sustentando no e do campo, produzindo alimentos de qualidade em suas próprias terras.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Agroecologia; Circuitos curtos de comercialização; Comunidade que sustenta a agricultura

ABSTRACT

The search for quality and healthy food has driven movements that question the economic, social, and cultural consequences arising from the intensified modernization of production chains brought about by the Green Revolution. In this context, Agroecology emerges as a viable pathway, capable of reconciling

Artigo publicado por Extensão Rural sob uma licença CC BY-NC-SA 4.0.

economically and environmentally sustainable practices with the preservation of natural resources and long-term survival conditions, while also articulating social, cultural, political, and ethical dimensions. This research aimed to understand how more sustainable agricultural practices and the distribution of production through Community Supported Agriculture (CSA) contribute to improving the quality of life of consumers/co-producers and to supporting the permanence of rural populations on the land. Drawing on a qualitative, descriptive, and field-based methodology, interviews were conducted with an organic food farmer and with co-producers and founding members of the CSA group "Ressignificar a Vida." The results revealed that the production of food derived from more sustainable agricultural practices, combined with the commercial relationships established with co-producers, creates concrete conditions for rural producers to continue living and sustaining themselves on and from the land, cultivating quality food on their own properties.

Keywords: Agroecology; Community supported agriculture; Family farming; Short food supply chains

1 INTRODUÇÃO

A crescente busca por uma alimentação saudável e de qualidade tem impulsionado movimentos contrários ao uso excessivo de conservantes, à adubação química, aos agrotóxicos, à produção em massa e às demais consequências econômicas, sociais e culturais decorrentes das intensas modernizações das cadeias produtivas promovidas pela Revolução Verde (Caporal; Costabeber, 2004). Tais movimentos se configuram como uma forma de buscar “alternativas futuras de alimentação, mais sustentáveis e eticamente orientadas” (Amaral, 2023, p. 8).

A Revolução Verde, que difundiu a agricultura moderna com a mecanização, agroquímicos, monoculturas e valorização dos latifúndios, culminou no enfraquecimento das pequenas propriedades e suas práticas de produção mais sustentáveis. Desta forma, segundo Fernandes, Welch e Gonçalves (2012) e Boas (2018), alavancaram-se problemas como o êxodo rural e a concentração territorial e tecnológica de riquezas.

Por sua vez, a Agroecologia é um caminho que conduz a práticas econômicas e ambientalmente viáveis, com a manutenção dos recursos naturais e das condições de sobrevivência das sociedades ao longo do tempo, associada às dimensões sociais, culturais, políticas e éticas (Caporal; Costabeber, 2004; Gomes, 2005; Caldart, 2016). A produção de alimentos por vias de agriculturas mais sustentáveis marca uma transição de pensamento dos produtores rurais (Costabeber; Caporal; Wizniewsky, 2013), para

permanecer e obter sustento a partir do campo, e da comunidade consumidora, que busca novas alternativas para uma alimentação saudável e sustentável.

Os movimentos sociais no Brasil têm impulsionado e ampliado práticas de agricultura mais sustentável, articuladas à crescente busca por alimentos saudáveis e de qualidade. Nesse ínterim, fomentam-se iniciativas relacionadas à agricultura orgânica, biodinâmica, à permacultura, entre outras, com o objetivo de produzir alimentos livres de conservantes, adubos químicos e defensivos agrícolas (Caporal; Costabeber, 2004; Jesus, 2005; Couto, 2024).

Dentre essas práticas, destaca-se a produção de alimentos orgânicos e biodinâmicos, que fornecem alimentos nutricionalmente saudáveis, balanceados e cultivados sem resíduos de agrotóxicos, contribuindo para a melhoria das condições socioeconômicas e culturais das comunidades rurais e da agricultura familiar (Campanhola; Valarini, 2001; Borguini; Torres, 2006). Para Boas (2018), o agricultor familiar precisa manter-se no campo, evitando a expropriação e dando escoamento à sua produção.

No sistema denominado Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), Matzembacher e Meira (2020) e Junqueira e Moretti (2018) descrevem que os consumidores/coprodutores buscam alimentos diferenciados e biologicamente mais saudáveis, trazendo segurança financeira aos produtores.

Embora crescente, a produção acadêmica sobre CSA no Brasil ainda é incipiente, concentrando-se predominantemente em estudos sobre o modelo econômico e organizacional dos grupos, com lacunas no que se refere à percepção dos coprodutores sobre a melhoria na qualidade de vida e à relação entre esse modelo e a permanência do agricultor familiar no campo (Junqueira; Moretti, 2018; Matzembacher; Meira, 2020).

Essa pesquisa buscou responder ao seguinte problema: de que forma a CSA "Ressignificar a Vida" tem auxiliado na melhoria da qualidade de vida de consumidores de produtos orgânicos e na permanência do agricultor familiar na região Central do Rio Grande do Sul? O objetivo geral foi compreender como as práticas de agricultura mais sustentáveis e o escoamento da produção por meio da CSA melhoram a qualidade de

vida de seus consumidores/coprodutores e auxiliam na permanência do homem no campo. Como objetivos específicos, buscou-se apresentar a prática de produção de produtos orgânicos e biodinâmicos pelos produtores rurais; desvelar o histórico, funcionamento e gerenciamento do grupo "Ressignificar a Vida"; e reconhecer, por meio da percepção dos coprodutores, a melhoria na qualidade de vida com a participação no grupo.

O mapeamento e levantamento de informações acerca da temática de CSA visam auxiliar na melhor compreensão do consumo de alimentos orgânicos e sua prática na construção de uma sociedade ambientalmente mais justa, podendo servir de referência para políticas públicas mais eficientes de incentivo às produções sustentáveis e disseminação dessas práticas na sociedade.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, caráter exploratório quanto aos objetivos e configura-se, quanto aos procedimentos técnicos, como pesquisa de campo. A pesquisa exploratória tem "como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições" (Gil, 2002, p. 41), enquanto o estudo de campo, segundo o mesmo autor (2002, p. 53), é "desenvolvido por meio da observação direta das atividades do grupo e de entrevistas com informantes, para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo".

Para seu desenvolvimento, realizou-se revisão de literatura em bases como o Banco de Dissertações e Teses da CAPES, *Scielo* e *Google Acadêmico*, dos últimos cinco anos, abrangendo as temáticas de Agricultura Familiar, Revolução Verde, Agroecologia, Estilos de Agricultura Sustentáveis e Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) no Brasil.

O contexto da pesquisa é o grupo CSA “Ressignificar a Vida”, localizado na região Central do Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento, utilizou-se observação participante, com anotações em diário de campo, e entrevista com a produtora rural responsável pelo fornecimento dos alimentos ao grupo, cuja propriedade está situada

em Dona Francisca (RS). A escolha dessa produtora se deu por critério intencional, em razão de sua trajetória consolidada na produção de alimentos orgânicos e biodinâmicos na região.

Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois coprodutores fundadores do grupo, em amostragem não probabilística intencional (Marconi; Lakatos, 2010). O objetivo foi compreender os benefícios para a qualidade de vida, aqui entendida para além das condições materiais, abrangendo dimensões físicas, sociais, culturais e ambientais relacionadas à alimentação saudável, ao bem-estar e às relações comunitárias (Leff, 2001) decorrentes da participação no grupo. Para preservação da identidade dos sujeitos, a produtora rural foi identificada como Produtora Rural e os coprodutores como Coprodutor 1 e Coprodutor 2.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Histórico Agrícola e Agrário da Propriedade Rural ligada ao Movimento CSA

A propriedade familiar estudada, localizada no município de Dona Francisca (RS), é conduzida por um casal de produtores rurais que trabalha exclusivamente na terra, sem vínculos empregatícios externos. Com uma área territorial de 27 hectares, dos quais aproximadamente 17 são destinados ao cultivo agrícola (Figura 1) e o restante à produção animal, a propriedade revela uma organização produtiva diversificada, sendo uma característica central tanto para sua sustentabilidade ambiental quanto para sua inserção no circuito das CSAs.

A posse da terra tem origem familiar, adquirida e repassada por sucessão entre gerações, sem arrendamento a terceiros. Atualmente, residem na propriedade quatro pessoas, sendo o casal e seus dois filhos menores de idade. A participação ativa da esposa na produção e na gestão da propriedade merece destaque analítico, pois não se trata de uma inserção periférica ou de apoio, mas de uma atuação central no cotidiano produtivo.

Figura 1 – Área destinada ao plantio agrícola



Fonte: Imagem cedida pela produtora rural (2024)

Esse dado se articula a um movimento mais amplo no campo brasileiro, conforme apontam Mangueira e Seixas (2019, p. 50), de que "cada vez mais as mulheres do campo estão em busca de autonomia pessoal, financeira, reconhecimento e visibilidade". A trajetória dessa produtora evidencia que a Agroecologia pode constituir um espaço de afirmação da autonomia feminina, ainda que permeado por desafios estruturais historicamente impostos às mulheres rurais.

No que diz respeito à certificação orgânica, a propriedade é certificada na produção primária de vegetais orgânicos pela Ecovida de Certificação, um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Essa certificação não é meramente formal, pois responde a uma exigência legal estabelecida pela Lei Federal nº 10.831/2003, que regulamenta o sistema orgânico de produção quanto à "produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade dos produtos orgânicos, sejam de origem animal ou vegetal" (Borguini; Torres, 2006, p. 64).

Segundo Santos et al. (2017), para obter a certificação, o produtor deve integrar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e adotar um dos três mecanismos reconhecidos: certificação por auditoria, sistema participativo de garantia ou controle social da venda direta. A escolha pelo sistema participativo, via Ecovida, é coerente com a inserção da família em redes associativas como a CSA, pois, conforme Campanhola e Valarini (2001, p. 77), "a certificação de produtos orgânicos visa conquistar maior credibilidade dos consumidores e conferir maior transparência às práticas e aos princípios utilizados na produção orgânica". Nesse sentido, a certificação funciona como um elo de confiança que sustenta a relação entre produtor e coprodutor no interior do grupo Ressignificar a Vida.

A transição para a produção orgânica e biodinâmica representa um dos aspectos mais significativos da trajetória da propriedade. Segundo relato da própria Produtora Rural, *"antigamente usava adubo comprado e não usamos mais desde o ano 2000"*, indicando que a mudança nas práticas produtivas ocorreu há mais de duas décadas. Essa transição não é um processo simples nem imediato, o relato da produtora, ao mencionar que os insumos químicos foram sendo *"substituídos ao longo do tempo"*, confirma esse caráter gradual e processual da transição agroecológica, que envolve não apenas mudanças técnicas, mas também uma reorientação das concepções sobre o ambiente, o solo e a saúde.

Atualmente, o manejo do solo (Figura 2) conforme informa a Produtora Rural é realizado por meio da integração de práticas biológicas, como o consórcio de culturas, a adubação ecológica com compostos orgânicos e a adubação verde, utilizando *"materiais disponíveis na localidade, como os resíduos animais e vegetais"* (Produtora Rural). Essa abordagem está em consonância com o conceito de adubo orgânico sistematizado por Finatto *et al*. (2013, p. 86), segundo o qual ele "é constituído de resíduos de origem animal e vegetal, que após a decomposição, resulta em matéria orgânica", sendo a compostagem, a vermicompostagem, a adubação verde e o biofertilizante suas formas mais conhecidas e viáveis economicamente.

Figura 2 – Práticas de Cultivo de Arroz



Fonte: Imagem cedida pela produtora rural (2024)

O controle de pragas, por sua vez, é realizado por meio da homeopatia, com *"preparados produzidos e extraídos da própria natureza"* (Produtora Rural), dispensando completamente o uso de agrotóxicos, o que preserva o equilíbrio do agroecossistema e reduz os riscos de contaminação de pessoas, animais, água, solo e ar.

As práticas de cultivo também incorporam saberes tradicionais, como a observação do calendário lunar e o uso de sementes crioulas, localmente adaptadas. Esse repertório de conhecimentos, descrito pela Produtora Rural como *"conhecimento acumulado por gerações de agricultores e de experiência que vem sendo acumuladas pelos proprietários"*, expressa uma forma de epistemologia agrícola que desafia a lógica da modernização tecnológica convencional.

A valorização desse saber-fazer local é fundamental em um contexto de crescente vulnerabilidade climática, já que, como alertam Andrade, Freitas e Landers

(2010, p. 27), o avanço das áreas degradadas no Brasil tem provocado erosão em suas múltiplas formas, levando "solo, sementes, adubos e agrotóxicos para os lagos, os rios até atingir o mar", resultando em "perda de produção e o empobrecimento dos agricultores" e na contaminação dos corpos hídricos.

Diante desse cenário, as práticas adotadas na propriedade se afirmam não apenas como alternativas produtivas, mas como estratégias de resistência ambiental. A diversificação produtiva é outro elemento estruturante da propriedade. A quantidade de produtos é extensa e inclui abacate, abobrinha, alface, alho-poró, abacaxi, diferentes variedades de arroz (cateto, preto e vermelho) (Figura 3), banana prata (Figura 4), batata inglesa, bergamota, carambola, couve, brócolis, feijão, laranja, lima, milho verde, pepino e rúcula, além de repolho, cenoura, mamão e limão.

Figura 3 – Produção de arroz orgânico



Fonte: Acervo particular da autora (abril de 2024)

A propriedade produz ainda subprodutos como sucos, geleias, melado e açúcar mascavo, e mantém a criação de equinos, aves, bovinos de leite, suínos, peixes e abelhas. Essa riqueza produtiva não é acidental, pois reflete um princípio agroecológico central, expresso por Caporal (2009, p. 16), de que "quanto mais diversificados e

integrados forem os sistemas de cultivos e criações mais próximos estarão da sustentabilidade ambiental desejada e possível".

Figura 4 – Produção de Banana



Fonte: Imagem cedida pela produtora rural (2024)

A produção é ainda complementada por hortaliças e frutas (Figura 5) cultivadas pela irmã da produtora e seus familiares, residentes em Paraíso do Sul (RS), demonstrando como as redes de solidariedade familiar ampliam a capacidade produtiva sem recorrer ao arrendamento ou à expansão individualizada da propriedade.

Figura 5 – Produção de verduras e legumes



Fonte: Imagens cedida pela produtora rural (2024)

Apesar da ampla variedade de produtos, a propriedade não é autossuficiente, dependendo ainda da aquisição de alguns alimentos não produzidos localmente, como lácteos, carnes e farináceos industrializados. Esse dado, longe de representar uma contradição, evidencia os limites reais da autonomia produtiva em pequena escala, reforçando a importância de políticas públicas que ampliem as condições de acesso a insumos e à diversificação.

Nesse sentido, a família utiliza o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), acessado por meio de instituição bancária para o custeio de aquisição de terras e animais. Contudo, a Produtora Rural aponta dificuldades no acesso ao programa, especialmente quanto à *"burocracia e a divulgação"*, reconhecendo não conhecer todas as atividades e linhas de financiamento disponíveis.

Esse relato encontra respaldo na literatura, pois Guedes e Carvalho (2017) identificam obstáculos similares em suas pesquisas, relacionados à comunicação

insuficiente, às limitações de recursos humanos e financeiros e às barreiras burocráticas de cadastro e restrições bancárias.

Lopes (2022, p. 199) corrobora essa análise ao afirmar que "as limitações do Programa referem-se aos procedimentos burocráticos, que mesmo sofrendo ajustes ao longo dos anos, ainda são considerados pelos agricultores familiares como entraves". O mesmo autor destaca que, no Rio Grande do Sul, "os principais atores sociais envolvidos na articulação e execução do Pronaf em nível local foram: os assistentes e extensionistas da Emater, os Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e as instituições financeiras" (Lopes, 2022, p. 198), o que ajuda a compreender por que o acesso da família se deu via banco, sem mediação de extensão rural ou organizações representativas.

Percebe-se, que embora o Pronaf tenha viabilizado a expansão da área e da produção, suas limitações estruturais restringem seu alcance, especialmente entre os agricultores menos capitalizados e com menor acesso à informação, que são aqueles que mais necessitam do programa.

A comercialização dos produtos ocorre em escala regional por dois canais principais, a participação no grupo CSA “Ressignificar a Vida” e a venda do excedente na Feira Ana Primavesi, feira exclusiva de produtos orgânicos no campus da Universidade Federal de Santa Maria. A família também é associada à Cooperativa Ecovale, sediada em Santa Cruz do Sul. Essa articulação entre CSA e feira revela uma estratégia de diversificação dos canais de escoamento que reduz a dependência de um único mercado e fortalece a inserção da família em circuitos de comercialização solidários e de proximidade. Como argumentam Wanderley (1999) e Altieri (2012), esses arranjos produtivos e comerciais contribuem não apenas para o retorno econômico e a melhoria de renda das famílias, mas também para o fortalecimento da permanência no campo, a diversificação alimentar e a garantia da soberania e segurança alimentar.

4.2 O Grupo CSA "Ressignificar A Vida"

O grupo "Ressignificar a Vida", sediado em Santa Maria (RS) desde 2014, organiza-se segundo os princípios das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), modelo que, conforme apontam Junqueira e Moretti (2018, p. 521), foi introduzido no Brasil em 2011, na Fazenda Demétria, em Botucatu (SP). A trajetória do grupo expressa, a incorporação tardia, porém consistente, dessa lógica no contexto gaúcho, revelando sua capacidade de adaptação a realidades locais distintas daquelas em que o modelo foi originalmente implementado.

A estrutura do grupo baseia-se na corresponsabilidade entre produtores e consumidores, denominados de coprodutores, o que vai ao encontro da concepção central das CSAs, como a partilha dos riscos e dos benefícios da produção agrícola. Essa lógica rompe com a racionalidade mercantil convencional, na qual o agricultor é o único a suportar as incertezas climáticas, econômicas e produtivas.

Figura 6 – Alimentos orgânicos/biodinâmicos produzidos na propriedade rural



Fonte: Fotos cedidas pelo Coprodutor 1 (2023)

No grupo pesquisado, conforme diário de campo, fazem parte 35 famílias de coprodutores, com tempo mínimo de permanência de seis meses, que financiam antecipadamente a produção da família rural, recebendo, em contrapartida, alimentos orgânicos certificados e biodinâmicos, entre 8 e 10 itens semanais (Figura 6), cuja quantidade varia conforme as condições climáticas e o tipo de cota contratada. Além dos produtos cultivados na própria propriedade, o produtor rural mantém uma rede de trocas com outros agricultores orgânicos, ampliando a variedade de itens ofertados, que pode incluir arroz, ovos e queijos comercializados como extras.

Mais do que uma relação de consumo, trata-se de um pacto de solidariedade que reposiciona o agricultor em condições de maior estabilidade e dignidade, aspecto que o próprio Coprodutor 1 evidencia ao afirmar:

> *“Temos a preocupação de não ser um grupo privilegiado, mas sim proporcionar às pessoas o acesso à alimentação saudável e justa. E ajudar os agricultores que plantam orgânicos, já que o sistema não valoriza quem usa veneno nas lavouras, colaborando para que eles tenham uma vida com dignidade.”* (COPRODUTOR 1, 2014).

Essa fala revela uma dimensão política que extrapola a simples transação alimentar. O grupo se percebe como agente de resistência frente à hegemonia do agronegócio e à lógica das monoculturas, posicionando a alimentação orgânica não como privilégio, mas como direito. Tal perspectiva dialoga com abordagens que compreendem a Agroecologia como projeto social e político, voltado à construção de agroecossistemas sustentáveis que integram dimensões ecológicas, econômicas, sociais, culturais e políticas.

A gestão autogestionária do grupo constitui outro elemento analiticamente relevante. Com encontros bimestrais de caráter deliberativo (Figura 7), realizados tanto na propriedade rural quanto em outros espaços disponíveis, além de grupos de trabalho organizados em torno de três eixos temáticos (produção, finanças e atividades recreativas para crianças), o “Ressignificar a Vida” opera segundo uma lógica horizontal de tomada de decisão.

Figura 7 - Reuniões e Encontros deliberativos do Grupo “Ressignificar a vida”



Fonte: Fotos cedidas pelo Coprodutor 1 (2023)

Essa forma organizativa, ao mesmo tempo que expressa potencial democrático, impõe tensões concretas. O Coprodutor 2 reconhece que os desafios passam pelo trabalho com *"a organização coletiva e suas dificuldades"*, enquanto o Coprodutor 1 aprofunda essa percepção ao identificar a coesão grupal como um dos principais nós críticos do processo:

> *"Os desafios são de manter o grupo coeso, muitos entraram sem realmente ter a noção do que representa um CSA, mesmo enviando os princípios para ter conhecimento, acham que é somente um grupo de consumo e é muito além disso. Estar no grupo implica em algumas responsabilidades, como compartilhar o problema sazonal dos alimentos, das propriedades, os direitos trabalhistas dos agricultores, participar das reuniões, decisões e confraternização e por aí vai." (COPRODUTOR 1, 2024).*

Esse relato aponta para uma tensão estrutural entre o modelo participativo proposto pelas CSAs e os valores individualistas predominantes na sociedade contemporânea. A dificuldade de compreender o grupo para além de uma

plataforma de consumo indica que a adesão simbólica e política ao projeto exige um processo formativo que nem sempre acompanha a adesão formal. Não se trata de um problema de gestão pontual, mas de um desafio de construção de cultura coletiva em um contexto social marcado pelo que o próprio Coprodutor 1 denomina *"individualismo exacerbado".*

A estrutura de cotas flexíveis adotada pelo grupo representa uma tentativa concreta de democratizar o acesso à alimentação orgânica. Conforme diário de campo, os pagamentos são realizados preferencialmente em dinheiro ou depósito bancário na conta do produtor rural, na primeira semana de cada mês, com valores que variam entre R$ 120,00 e R$ 200,00 para meia cota, e entre R$ 180,00 e R$ 300,00 para cota inteira. Essa variação foi deliberadamente construída pelo grupo ao reconhecer a heterogeneidade socioeconômica de seus membros, instituindo um mecanismo redistributivo interno que busca ampliar a participação para além dos segmentos de renda mais elevada, incluindo estudantes universitários. Sobre esse aspecto, o Coprodutor 1 pondera:

> *"Tem que se ter um espírito coletivo, e com o individualismo exacerbado que vivemos muitos apresentam dificuldade e desistem. O benefício é conviver com pessoas de diversas áreas do conhecimento e realidades econômicas, já que as cotas são flexíveis, para que, inclusive, estudantes da universidade participem."* (COPRODUTOR 1, 2014).

Essa estratégia, embora inovadora no campo das CSAs brasileiras, não elimina o fato de que os valores praticados ainda representam um desafio de acesso para parcelas significativas da população. O dado evidencia que, mesmo dentro de iniciativas orientadas por princípios de justiça alimentar, persistem contradições que merecem atenção crítica.

Por fim, a dinâmica semanal de distribuição dos alimentos, realizada na Feira Ana Primavesi, acontece às quartas-feiras, entre as 9h e 12h, com o coprodutor responsável por levar sua própria embalagem e por avisar o produtor em caso de impossibilidade de retirada, a fim de evitar desperdício. Ademais, há a possibilidade de o produtor usufruir de períodos de férias sem obrigatoriedade de entrega, que reforçam o caráter

humanizado das relações estabelecidas no grupo. Esses arranjos operacionais, aparentemente logísticos, expressam na prática os valores de reciprocidade e respeito mútuo que sustentam o projeto coletivo, diferenciando-o substancialmente das cadeias convencionais de distribuição de alimentos.

4.3 Percepção dos Consumidores/Coprodutores a melhoria na Qualidade De Vida

A população brasileira vem aos poucos alterando seus hábitos alimentares em busca de uma melhor qualidade de vida, o que se percebe através do aumento do consumo de produtos com certificação orgânica. O termo qualidade de vida é multidisciplinar e abrange várias dimensões do ser humano. Segundo Braga Junior, Veiga Neto e Moraes (2014, p. 39):

> As discussões demonstram a amplitude do conceito de qualidade de vida que abrange dimensões que envolvem o bem-estar físico e material, o relacionamento interpessoal–incluindo autoimagem e autoestima, as atividades sociais, comunitárias e cívicas, a satisfação pessoal e a recreação. (Braga Junior, Veiga Neto; Moraes, 2014, p. 39)

A melhoria nas condições de saúde foi um dos aspectos mais evidenciados pelos coprodutores. Borguini e Torres (2006) afirmam que alimentos produzidos organicamente tendem a apresentar maior quantidade de nutrientes e menores níveis de pesticidas em comparação aos convencionais, o que contribui diretamente para a saúde dos consumidores. Essa relação se confirma nas falas dos entrevistados, onde o Coprodutor 2 relata que *"os níveis de colesterol e triglicerídeos ficaram controlados sem uso de medicação"*, enquanto o Coprodutor 1 afirma que *"percebe que seus índices estão estáveis, assim como a pressão arterial, mesmo estando acima do peso"*.

Tais relatos evidenciam que o consumo regular de alimentos orgânicos, mediado pela participação na CSA, constitui-se em uma prática concreta de promoção da saúde, indo ao encontro do que aponta Braga Junior, Veiga Neto e Moraes (2014), para quem o consumidor que adota um estilo de vida saudável busca uma alimentação compatível com esse estilo.

A participação na CSA assume, para além do consumo alimentar, um caráter político e de resistência frente ao modelo hegemônico do agronegócio. Caporal e Costabeber (2004) argumentam que a Agroecologia representa uma ruptura com a lógica produtivista da Revolução Verde, propondo um modelo baseado em relações mais justas entre produtores, consumidores e meio ambiente. Nesse sentido, o Coprodutor 1 reconhece que "*não somente os consumidores são beneficiados, mas o agricultor também, pois lida com processos naturais de plantio e não com venenos, evitando adoecer também. É um ato de resistência participar de um grupo como o CSA*". Essa perspectiva reforça que a CSA opera simultaneamente como canal de distribuição de alimentos saudáveis e como espaço de conscientização e transformação social (Matzembacher; Meira, 2020), evidenciando o cuidado com a saúde tanto dos consumidores quanto dos próprios produtores rurais.

A participação no grupo também provocou mudanças na percepção dos coprodutores sobre os alimentos que consomem. Junqueira e Moretti (2018) destacam que a CSA funciona como um espaço de revalorização das identidades alimentares, promovendo maior consciência sobre a origem e a qualidade dos alimentos. O Coprodutor 2 afirma que *"os benefícios de participar do grupo estão no privilégio de poder adquirir alimentos de pessoas que conhecemos"*, enquanto o Coprodutor 1 relata que *"mudou muito minha concepção de alimentos participando do grupo. A questão dos orgânicos, o quanto devemos valorizá-los, já que o Brasil virou o descarte de agrotóxicos que muitos países desenvolvidos produzem e são proibidos no próprio país*". Essas falas evidenciam que a CSA atua não apenas como canal de distribuição, mas como espaço de formação crítica, aproximando os coprodutores de uma visão mais consciente e politizada sobre alimentação e meio ambiente (Leff, 2001).

Em reflexão, podemos pensar sobre a utilização dos produtos orgânicos e biodinâmicos e o sentimento pessoal dos coprodutores em serem beneficiários tanto para a melhora nas suas condições de saúde, como a dos produtores rurais envolvidos, que não se expõem aos riscos atinentes à adubação química e os pesticidas utilizados em ampla escala na produção de alimentos após a Revolução Verde (Altieri, 2012). O

consumo de alimentos orgânicos torna-se uma forma de resistência e de luta (Caporal; Costabeber, 2004), pois é sabida a escassez dos recursos naturais e sua finitude. Com o aumento desenfreado da produção e do consumismo são necessárias mudanças na percepção de como serão alocados e tratados os recursos naturais utilizados e os rejeitos gerados nesse processo (Leff, 2001).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das políticas fundiárias do Brasil buscou, historicamente, garantir as terras dos latifundiários e expropriar o homem do campo. Diante desse cenário, percebe-se que, aos poucos, vêm se introduzindo outras formas de se relacionar com o meio ambiente, de preservar os conhecimentos de gerações e de disponibilizar produtos de qualidade, como evidenciado pelo grupo CSA "Ressignificar a Vida" e pela trajetória da produtora rural de Dona Francisca.

A origem dos atuais eventos ambientais e da perda de diversidade biológica, associados à insustentabilidade dos modelos produtivos hegemônicos, reforçam a necessidade de planejar e implementar ações e políticas públicas voltadas à manutenção da saúde dos ecossistemas. A produção de alimentos advindos de práticas mais sustentáveis de agricultura viabiliza que produtores rurais continuem vivendo e se sustentando no e do campo.

As vantagens da produção orgânica e biodinâmica evidenciadas nesta pesquisa manifestam-se na viabilidade da pequena escala, na diversificação produtiva e na biodiversidade dos solos, no aproveitamento da mão de obra familiar e na menor dependência de insumos externos, com destaque para o uso de sementes crioulas e a compostagem. Alguns desafios, contudo, permanecem presentes, como a burocracia no acesso a financiamentos, os custos de certificação e a insuficiência de assistência técnica são obstáculos que limitam o alcance e a expansão dessas práticas.

Sobre a melhoria na qualidade de vida dos coprodutores, os relatos coletados apontam avanços concretos em indicadores de saúde, ainda que estudos mais amplos

sejam necessários para dimensionar com maior precisão os benefícios nutricionais do consumo regular de alimentos orgânicos em comparação aos convencionais.

A luta por outras formas de produção agrícola, fundamentadas em princípios agroecológicos que equilibrem aspectos econômicos, ambientais e de justiça social, é condição indispensável para reverter o atual estágio de degradação dos ecossistemas e construir um desenvolvimento rural sustentável. O conhecimento é, e continuará sendo, o ponto de partida dessa transformação.

Ressalta-se, por fim, a necessidade de ampliar a capacitação dos produtores, com formação inicial e continuada, aliada à ampliação dos pontos de comercialização e ao fortalecimento das cooperativas de agriculturas mais sustentáveis. Para que isso se concretize, é preciso reconhecer que o campo é também um eixo de construção da cidadania e que iniciativas como a CSA “Ressignificar a Vida” representam não apenas uma alternativa de consumo, mas um projeto coletivo de transformação social, alimentar e ambiental.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p.

AMARAL, M. N. **Em busca de uma nutrição ambientalmente orientada**: dilemas e alternativas frente ao sistema alimentar contemporâneo da grande aceleração no sul do Brasil. 2023. 217 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário - Doutorado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, PR. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCEN_2af7197ef63cd535d63e25147482281b. Acesso em: 22 mar. 2024.

ANDRADE, A. G.; FREITAS, P. L.; LANDERS, J. Aspectos gerais sobre o manejo e conservação do solo e da água e as mudanças ambientais. In: PRADO, R. B.; TURETTA, A. P. D.; ANDRADE, A. G. (Org.). **Manejo e conservação do solo e da água no contexto das mudanças ambientais.** Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010.

BOAS, L. G. V. Palavras e expressões ideológicas sobre a questão agrária. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 66, p. 1–18, jun. 2018. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/35795. Acesso em: 12 abr. 2024.

BORGUINI, R. G.; TORRES, E. A. F. S. Alimentos orgânicos: qualidade nutritiva e segurança do alimento. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 64–75, 2006. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1833. Acesso em: 15 set. 2024.

BRAGA JUNIOR, S. S.; VEIGA NETO, A. R.; MORAES, N. R. Atributos de estilo de vida do consumidor relacionados ao consumo de produtos orgânicos no varejo especializado. **ReMark:** Revista Brasileira de Marketing, v. 13, n. 5, p. 36–46, 2014. Disponível em: https://uninove.emnuvens.com.br/remark/article/view/12054. Acesso em: 15 set. 2024.

CALDART, R. S. **Escolas do campo e agroecologia**: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida. Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arq/files/GEFHEMP/01_Escolas_do_Campo_e_Agroecologia.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

CAMPANHOLA, C; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001. Disponível em: https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2013/09/8851-29343-1-PB.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília, 2009. p. 30.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R.; WIZNIEWSKY, J. G. O conceito de Transição Agroecológica: contribuições para o redesenho de agroecossistemas em bases sustentáveis. In: GOMES, J. C. C.; DE ASSIS, W. S. (Org.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais**.** Brasília: EMBRAPA, p. 145-180. 2013.

COUTO, G. S. **Movimentos sociais e suas contribuições para a agroecologia no Oeste do Paraná.** Florianópolis: Koru Editorial, 2024.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Políticas fundiárias no Brasil**: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. Roma: International Land Coalition, 2012. 61 p.

FINATTO, J. *et al*. A importância da utilização da adubação orgânica na agricultura. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 5, n. 4, p. 85-93, 2013. Disponível em: https://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/327. Acesso em: 14 jun. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, J. C. C. Bases epistemológicas da agroecologia. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Org.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1079843. Acesso em: 22 set. 2024.

GUEDES, A. A. A.; CARVALHO, D. M. Dificuldades e gargalos de acesso ao Pronaf B em Garanhuns - PE. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 3, p. 200–222, 2017. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3245. Acesso em: 12 maio 2024.

JESUS, E. L. Diferentes abordagens de agricultura não convencional: história e filosofia. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Org.). **Agroecologia:** princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1079843. Acesso em: 22 set. 2024.

JUNQUEIRA, A. H.; MORETTI, S. L. A. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 517–538, 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_comunidade_que_sustenta. Acesso em: 15 jun. 2024.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001. 343 p.

LOPES, I. D. **Políticas públicas e agricultura familiar**: um estudo sobre o Pronaf nos municípios de Panambi e Passo Fundo (RS), 1995-2020**.** 2022. 502 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPF-1_06ac2cb6d8de4cb9aa93b0d4bd33d5a8. Acesso em: 28 jun. 2024.

MANGUEIRA, S.; SEIXAS, S. Protagonismo de mulheres e jovens no meio rural: geração de riquezas e desenvolvimento sustentável. In: FERRONATO, M. L.; SOUZA, E. F. M. (Org.). **Terra e mata.** Porto Velho: Ação Ecológica Guaporé: Ecoporé, 2019. 150 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATZEMBACHER, D. E.; MEIRA, F. B. Mercantilização e contramovimento: agricultura sustentada pela comunidade (CSA): estudo de caso em Minas Gerais, Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 396–430, set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/osoc/a/XsjdGzWZYwQ6qsrjnWhy9ZN/. Acesso em: 15 ago. 2024.

SANTOS, L. *et al*. Políticas públicas para o comércio de produtos orgânicos no Brasil. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 40, n. 2, p. 447-459, 2017. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/rca/article/view/16480. Acesso em: 29 set. 2024.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EdiUPF, 1999.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

1 – Naglezi de Menezes Lovatto
Professora Adjunta do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Santa Maria
https://orcid.org/0000-0002-5226-6957 • naglezi.lovatto@ufsm.br
Contribuição: Orientação do estudo; supervisão das atividades de pesquisa; revisão crítica do manuscrito

2 – Pauline Vielmo Miranda
Médica Veterinária, Doutoranda em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria
https://orcid.org/0000-0001-9873-056X • paulinevielmomiranda@gmail.com
Contribuição: Concepção e delineamento da pesquisa; revisão da literatura; coleta, organização e análise dos dados; discussão e interpretação dos resultados, redação da primeira versão do manuscrito; revisão e adequação do texto conforme as sugestões dos pareceristas; aprovação da versão final

Como citar este artigo

LOVATTO, N. M.; MIRANDA, P. V. O Grupo de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) "Ressignificar A Vida": possibilidade para uma Agricultura mais sustentável na Região Central do Rio Grande Do Sul. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 33, p. 01-24, 2026. DOI 10.5902/2318179690724. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2318179690724. Acesso em: dia mês abreviado. ano.

Direitos autorais 2026 Revista Extensão Rural.

Editor responsável: Dr. Fabiano Nunes Vaz